

*Inovação e Sustentabilidade sob a Ótica da
Economia Ecológica. VITÓRIA/ES, 17 A 21 DE SETEMBRO DE 2013.
Hotel Vitória Grand Hall*

**X ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA
DE ECONOMIA ECOLÓGICA**



X ENCONTRO DA ECOECO

Setembro de 2013

Vitória - ES - Brasil

DESENVOLVIMENTO, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS:
PERCEPÇÕES E REFLEXÕES DOS GRUPOS PESQUEIROS FRENTE ÀS MUDANÇAS SOCIAIS
OCORRIDAS EM REGÊNCIA AUGUSTA- ES.

Flávia Amboss Merçon Leonardo (UFES) - flavia.aml@gmail.com

Cientista Social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES

Desenvolvimento, Preservação Ambiental e Impactos socioambientais: Percepções e reflexões dos grupos pesqueiros frente às mudanças sociais ocorridas em Regência Augusta- ES.

INTRODUÇÃO:

Diante do cenário de expansão dos grandes projetos de desenvolvimento e infraestrutura (petróleo, gás e portos) na faixa litorânea do estado do Espírito Santo tem crescido os impactos socioambientais decorrentes desses projetos. Além disso, em decorrência de uma preocupação ambientalista com a própria exploração dos recursos naturais no território capixaba, tendo em vista, estes projetos de desenvolvimento previstos para a região, tem aumentado também as propostas de criação de áreas ambientalmente protegidas no estado.

Nesse sentido, a partir desse aumento tanto em projetos de desenvolvimento como em projetos de preservação ambiental, têm eclodido inúmeros conflitos provenientes das distintas relações e apropriações do ambiente costeiro no estado.

Diante do exposto, o objetivo deste paper é apresentar as percepções e reflexões dos sujeitos envolvidos e impactados diretamente, como é o caso das comunidades pesqueiras artesanais.

Neste trabalho, o lócus de investigação privilegia o distrito de Regência Augusta-ES e os sujeitos são os grupos pesqueiros desta localidade. Assim, podemos adiantar que as percepções e reflexões, dos grupos pesqueiros, nesta localidade giram em torno da relação conflituosa com os agentes ambientais, a escassez do pescado (pesca industrial e outras embarcações; assoreamento da foz do Rio Doce) e das zonas de exclusão de pesca (devido à atividade petrolífera).

Os dados apresentados fazem parte de dois momentos específicos de pesquisas de campo realizadas na localidade (ambas realizadas durante o ano de 2012): 1) Grupo

focal na comunidade pesqueira¹; 2) Entrevistas semi-estruturadas com os principais agentes pesqueiros da localidade².

1. OS CENÁRIOS:

A) REGENCIA AUGUSTA E A PESCA ARTESANAL

O distrito de Regência – lócus proposto para as análises deste paper – está situado no litoral sul do município de Linhares (cerca de 60 km da sede do município e 125 km, ao norte, da capital do estado). Com apenas 40 hectares, é uma região que possui uma bela paisagem natural preservada, onde se destacam a vegetação de restinga, o mar caracterizado por ondas fortes e o rio Doce³. A região situa-se na margem sul da foz do rio Doce e ao norte faz fronteira com a Reserva Biológica de Comboios⁴ (PDIS Comboios, 2002).

Atualmente, a região possui 1033 habitantes, distribuídos em 310 famílias⁵. Em relação ao grupo de pescadores e pescadoras artesanais do distrito –foco dessa análise – a vila de Regência possui 48 pescadores registrados, que pescam em 12 barcos motorizados adaptados para o arrasto do camarão⁶, entretanto, além desse número sabemos que existe uma quantidade significativa de pessoas que dependem de forma direta ou indireta da atividade pesqueira nesta região, bem como muitos pescadores que não são registrados, além das mulheres (esposas e filhas de pescadores) que, apesar de

¹ A metodologia de grupo focal foi realizada durante o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “Desenvolvimento e Impactos socioambientais na área litorânea: Um estudo nas vilas pesqueiras do litoral do ES” realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo – GEPPEDS, coordenados pelas professoras Aline Trigueiro (UFES) e WiniFred Knox (UFES), do qual a autora é integrante.

² As entrevistas semi-estruturadas foram coletadas durante a primeira fase de trabalho de campo realizada para uma pesquisa de dissertação, ainda em andamento, realizada pela autora, pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo.

³ O Rio Doce possui uma área abrangente de 83.400 km², dos quais 86% correspondem ao estado de Minas Gerais e 14% correspondem ao Espírito Santo. O rio nasce nas “serras do Complexo do Espinhaço e da Mantiqueira, no Estado de Minas Gerais e percorre 853 km, desde o rio Piranga até o Oceano Atlântico, Município de Linhares — povoado de Regência (ES)”. (Plano de Manejo Da Reserva Biológica de Comboios, 1997).

⁴ A Reserva Biológica de Comboios foi criada em 1984, pelo Governo Federal, através do Decreto 90.222, com o objetivo de preservar as tartarugas marinhas. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) ela é enquadrada na categoria de proteção Integral, não sendo permitido nenhum tipo de moradia nem uso extrativista na região.

⁵ Secretária Municipal de Saúde – Datasus/2012.

⁶ Dados retirados do Macrodiagnóstico da Pesca Marítima do Estado do Espírito Santo SIG – Pesca – ES – 2005.

muitas não terem o registro de pescadoras, também fazem parte do processo da atividade pesqueira (produzindo as redes de pesca, limpando e cortando os peixes para a venda do mesmo, entre outras atividades). A renda média dos pescadores de Regência é de dois a três salários mínimos mensais por família pesqueira (SIG-PESCA-ES-2005).

B) PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: UC'S E PROJETO TAMAR

Regência possui destaque nacional com o trabalho de preservação de tartarugas marinhas, no qual o Projeto Tamar⁷ - Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas – é responsável. Nesta localidade desovam, principalmente, duas espécies de tartarugas marinhas: a *Caretta caretta* conhecida popularmente por cabeçuda e localmente por *careba* e a *Dermochelys coriacea*, tartaruga gigante ou de couro e localmente chamada de *careba* mole (relação apresentada ao tipo específico de carapaça, que é mais mole). Esta última, por desovar com frequência na praia de Comboios, possibilitou a notoriedade do distrito no cenário nacional de preservação ambiental.

O distrito conta, atualmente, com uma base e um centro ecológico que existem na localidade desde 1982. Contudo, já nos anos 40 a região foi identificada como um celeiro de tartarugas marinhas, o que incentivou os estudos e pesquisas para a preservação da região e posteriormente a criação de uma área de preservação.

Assim, Regência possui ainda uma ampla vegetação de restinga preservada, onde está localizada atualmente a Reserva Biológica de Comboios, que foi criada em 1984. Através de análise documental constatamos que os interesses pela preservação dessa área iniciou-se ainda nos anos 50, quando pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz declararam esta área como um dos mais importantes remanescentes de restinga do Brasil, sendo então, a área decretada como reserva para fins de constituição do Parque Ecológico da Região Leste, pelo governo do Estado do Espírito Santo⁸ (IBAMA, 1997).

⁷ O Projeto Tamar-ICMBio foi criado em 1980, pelo antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, que mais tarde se transformou no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA. Hoje, é reconhecido internacionalmente como uma das mais bem sucedidas experiências de conservação marinha. Atualmente o Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas, é executado pelo Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas – Centro TAMAR – vinculado à diretoria de Biodiversidade do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBio, órgão do Ministério do Meio Ambiente.

⁸ Decreto nº 1953 - 1.376, de 22 de junho de 1953.

Nos anos 70, houve uma grande pressão, por parte da imprensa capixaba, especialmente do ambientalista Augusto Ruschi, para o repasse da área a União, tendo em vista as denúncias que haviam de ocupações irregulares na região, além de desmatamento e extração de recursos naturais. Assim que as terras foram repassadas para o governo federal, a área foi instituída como Reserva Biológica de Comboios, com o objetivo de proteger as tartarugas marinhas e seus locais de desova. (IBAMA, 1997).

Diante do exposto, é relevante salientar que essa modalidade de política ambiental voltada para a criação e manutenção de áreas naturais protegidas é assentada em uma visão preservacionista⁹. Tal modelo de política - que emerge de um contexto norte americano de industrialização no final do século XIX - parte do princípio de que o homem é necessariamente destruidor da natureza. Assim, de acordo com Antonio Carlos Diegues (1996), os preservacionistas americanos “*propunham “ilhas” de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem*” (DIEGUES, 1996, p.11). Ainda nas palavras do autor:

É nessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, originário dos E.U.A. A noção de “wilderness” (vida natural/selvagem, subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era de grandes áreas não-habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação (DIEGUES, 1996, p. 24).

Nesta mesma linha de análise, Joan Martinez Alier (2007) que identificou três correntes do ambientalismo fundamentadas em distintas visões de mundo acerca da questão ambiental¹⁰, trabalha com o conceito de “*culto ao silvestre*” para fazer referência a esta corrente preservacionista que surge em defesa da natureza intocada “e

⁹ De acordo com John McCormick (1992), na virada do século XX o ambientalismo americano se divide entre os conservacionistas e os preservacionistas. O primeiro, tendo destaque de Gifford Pinchot, objetivava explorar os recursos naturais do continente americano, mas de modo racional e sustentável. Já os preservacionistas, dando destaque para John Muir, buscava preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional, a proposta era preservar áreas naturais com grande beleza cênica, para que os indivíduos pudessem contemplar a mesma.

¹⁰ As três correntes do ambientalismo proposta por ALIER (2007) são: 1) Culto ao silvestre, 2) Evangelho da ecoeficiência, 3) Ecologismo dos pobres.

do amor às belas paisagens e de valores profundos, jamais para interesses materiais” (ALIER, 2007, p.22). De acordo com este autor:

A principal proposta política dessa corrente do ambientalismo consiste em manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, livres da interferência humana. Existem gradações a respeito das proporções que as áreas protegidas toleram em termos de presença humana, se estendendo desde a exclusão total até o manejo consorciado com as populações locais. Os fundamentalistas do silvestre entendem que a gestão conjunta nada mais configura do que converter a impotência em virtude, sendo a exclusão o seu ideal. Uma reserva natural poderia admitir visitantes, mas não habitantes humanos (ALIER, 2007, 24).

Ambos os teóricos mostram, portanto, que estamos falando de uma política ambiental com uma visão assentada na perspectiva de que o ser humano é o grande destruidor da natureza, não sendo possível a equação *preservação-presença humana*.

Segundo Rinaldo Arruda (1999) “*a idéia que fundamenta este modelo é a de que a alteração e domesticação de toda a biosfera pelo ser humano são inevitáveis, sendo necessário e possível conservar pedaços do mundo natural em estado originário, antes da intervenção humana*” (1999, p. 83), por isso, a necessidade da criação de espaços ambientalmente protegidos da suposta presença destruidora do ser humano.

Nesse sentido, a Reserva Biológica de Comboios a partir do momento que foi criada, em 1984, permitiu a instituição de diversas regras para o uso da região e dos recursos que nela existem. Os pescadores de Regência relatam sobre a proibição da captura e comercialização dos ovos de tartarugas - costume tradicional na culinária local – que foi proibido com chegada do Projeto Tamar e a instauração da reserva na região¹¹. A tartaruga passa, portanto, a ser um ícone da preservação ambiental no local. Assim,

Caberia notar que a teoria da preservação das áreas selvagens, não mediante o apoio da co-gestão desses territórios, mas sim através da “totemização” de alguns animais de grande porte, aparece a partir de conceitos antropológicos” (ALIER, 2007, p.337).

Além disso, outras medidas em decorrência da emergência desse cenário ambiental também provocaram mudanças nos hábitos e tradições locais, como ocorreu e

¹¹ Um exemplo emblemático dessa mudança provocada com a emergência desse cenário ambiental são as *carebadas* realizadas atualmente na região, como relata alguns pescadores. Assim, durante os meses de desova das tartarugas marinhas, que é um período frágil da etapa de vida do animal, o Projeto Tamar intensifica seus trabalhos e essa fase é denominada de *carebadas*. O nome é atribuído em referência às técnicas e saberes dos antigos caçadores de *carebas* – os *carebeiros*, como são conhecidos localmente – que atualmente são utilizadas pelo Tamar para preservar os ninhos e as tartarugas marinhas.

vem ocorrendo na própria atividade pesqueira (no próximo tópico daremos destaque às percepções e reflexões dos pescadores e pescadoras locais acerca desses impactos).

Nesse sentido, o campo da Ecologia Política, tem mostrado que esse modelo de política ambiental voltado para a criação de áreas naturais protegidas, tem gerado inúmeros conflitos entre os agentes locais (ribeirinhos, indígenas, caiçaras, pescadores artesanais) e o Estado (representado na figura do agente/técnico ambiental), não só em nível local, mas em diversas localidades dos países do eixo Sul, conforme podemos ver nas reflexões de Arruda e Diegues (2001):

A implantação dessas áreas protegidas na África, Ásia e América Latina, a partir das primeiras décadas do presente século, começou a gerar conflitos sociais e culturais sérios com as populações locais e que se tornaram ainda mais sérios a partir da década de 70, quando essas comunidades locais/tradicionais começaram a se organizar e em muitos casos, a resistir à expulsão ou transferência de seus territórios ancestrais como dita o modelo preservacionista (ARRUDA E DIEGUES, 2001, p.6)

Diante do exposto, conforme veremos mais detalhado no próximo tópico deste paper, mas já adiantando neste momento, a criação dessas áreas protegidas e a relação de totemização com a tartaruga marinha estabelecida pelos agentes ambientais (técnicos e estagiários do Projeto Tamar) na localidade de Regência têm ocasionado a emergência de conflitos com os pescadores locais. O que foi possível verificar é uma relação autoritária em decorrência dos valores ambientais de preservação em detrimento dos modos de vida e trabalho dessas comunidades pesqueiras.

Para ampliar esse debate de conflitos entre agentes locais e esse modelo de política ambiental preservacionista, ALIER (2007) traz a reflexão do conceito “*ecologismo dos pobres*” – que representa a terceira corrente refletida pelo autor, quando fala nas distintas visões acerca do ambientalismo:

O eixo principal dessa terceira corrente não é uma reverência sagrada a natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje (ALIER, 2007, p. 34).

A partir dessa noção de *ecologismo dos pobres*, ALIER (2007) vai contribuir com esse debate crítico em relação ao valor sagrado atribuído a natureza e a perspectiva de preservação ambiental decorrentes dessas políticas ambientais específicas de cunho preservacionistas. ALIER (2007) vai mostrar a partir dessa noção do *ecologismo dos pobres*, como é possível manter os ideais de preservação ambiental sem retirar as

populações de seu local de origem, ou sem impactar negativamente os modos de vida e trabalho das comunidades locais, como é caso dos pescadores artesanais.

Essa terceira corrente incentiva, portanto, o papel ativo das comunidades locais frente às diferentes tentativas de submissão dos seus modos de vida e trabalho em detrimento de outros valores, como é o caso do ambientalismo sagrado, ou seja, a preservação ambiental pode ocorrer a partir dos próprios pescadores para garantir as condições materiais para a sua existência e manutenção da sua cultura.

Para finalizar esse cenário, é importante salientar que atualmente está prevista a criação de uma nova unidade de conservação na região: A Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce, que faz parte de um pacote maior de unidades de conservação voltadas para a proteção da região de Abrolhos – BA¹². De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC¹³ – a reserva permitirá o uso extrativista sustentável da região, desde que seja previsto no seu Plano de Manejo a ser elaborado posteriormente a criação da mesma. Para efetivar a criação da unidade de conservação falta a etapa de aprovação em audiência pública, que ainda não foi realizada na região¹⁴.

C) DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E A ATIVIDADE DE PETRÓLEO

¹²A região de Abrolhos está localizada entre o sul do Estado da Bahia e o norte do Espírito Santo, compreende uma expansão da plataforma continental de até 200 km, cobrindo aproximadamente 56.000 km² incluindo o Banco Royal Charlotte e o Banco dos Abrolhos, estendendo-se desde a foz do rio Jequitinhonha, até a foz do rio Doce. A região é um mosaico de habitats incluindo manguezais, bancos de algas calcárias, fundos inconsolidados e recifes de corais, formando a maior área recifal e com a maior biodiversidade do Atlântico sul. No interesse de preservação desta região estão previstas atualmente a criação/ ampliação de quatro unidades de conservação: 1) Ampliação do Parque Nacional Marinho (PARNAM) de Abrolhos; 2) Criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Banco de Abrolhos; 3) Criação do Refugio da Vida Silvestre (REVIS) Baleia Jubarte; 4) Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce. (Fonte: Documento Proposição de Unidades de Conservação na Região de Abrolhos). De acordo com a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a primeira e a terceira são unidades enquadradas na categoria de proteção integral, ou seja, não é permitida nenhum tipo de uso humano nessas unidades, já a segunda e a última estão enquadradas na categoria de uso sustentável, na qual é permitido o direito a moradia e uso dos recursos naturais de forma sustentável.

¹³ Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

¹⁴ As Audiências Públicas para a criação/ampliação dessas áreas estavam previstas para o mês de maio/2012, mas não correram. As audiências ocorreriam primeiro no estado da Bahia e depois nos municípios do norte do Espírito Santo – São Mateus e Linhares. Entretanto, as audiências no estado do Espírito Santo ainda não correram, e em nota no site do ICM-Bio, o órgão justificou que por motivos de logística e estrutural as audiências foram adiadas no estado do Espírito Santo sem nova data agendada.

Além do cenário ambiental que faz com que Regência seja conhecida e tenha uma relevância nacional, o distrito também possui destaque quando falamos em Política Nacional de desenvolvimento econômico. Esse destaque se dá devido à atividade de exploração de petróleo e gás natural que há na região.

De acordo com dados do Governo do Estado do Espírito Santo, Regência conta com dois campos marítimos de exploração de gás, além do terminal aquaviário que é responsável pelo escoamento de toda a produção de petróleo dos portos e da plataforma continental do Espírito Santo e sul da Bahia. (Portal do Governo do Estado E.S.).

A primeira descoberta de gás na Foz do Rio Doce – Regência – ocorreu em 1988, no campo marítimo de Congoá, que foi o primeiro do mar capixaba com reserva comercial. Posteriormente, em 1997, foi descoberto outro campo marítimo, o Peroá¹⁵, considerado de grande importância por possuir a maior reserva de gás natural do estado. Apesar das descobertas de petróleo só terem acontecido a partir dos anos 80, há registros de que as atividades de pesquisa na localidade de Regência iniciaram ainda na década de 70. De acordo com o Plano de Manejo da Reserva de Comboios, a Petrobras e a Transpetro começaram a ocupar e desmatar a então Reserva Estadual da Ilha de Comboios (hoje Reserva de Comboios) para a construção de estradas e instalações do terminal já no início da década de 70, entretanto sem notificações formais. Assim, apenas em 1974, após inúmeras denúncias de ocupações irregulares na área, a Petrobras se manifesta formalmente informando que a ocupação e o desmatamento realizados na área da Reserva tiveram como objetivo sondagens para verificação da existência de petróleo (IBAMA, 1997).

Para ilustrar analiticamente os agentes desse cenário do desenvolvimento econômico, ALIER (2007) através da sua tipologia das correntes do ambientalismo fala então de uma segunda corrente – o “evangelho da ecoeficiência”.

Esta segunda corrente possui uma grande crença no poder da ciência e da tecnologia para o manejo sustentável dos recursos naturais. Seus representantes utilizam a palavra natureza, porém falam mais precisamente de recursos naturais ou capital natural. Ela assume um compromisso com a noção de progresso e desenvolvimento dominada pela visão do utilitarismo. (ALIER, 2007).

¹⁵ A produção do campo marítimo de Peroá juntamente com os campos Camarupim, Canapu e Golfinho são peças importantes para o fornecimento de gás natural nacional, de acordo com o site da Petrobrás.

Ampliando as análises desse cenário do desenvolvimento econômico, Gustavo Lins Ribeiro (2008) problematiza essa concepção de desenvolvimento, refletindo acerca dos diversos agentes inseridos nesse cenário de grandes projetos de desenvolvimento, como é o caso dos próprios agentes econômicos e os agentes locais que se deparam com a instalação desses projetos e posteriormente com os impactos dos mesmos. Assim, o autor fala em Projetos de Infraestrutura de Grande Escala (PGEs), como é caso da atividade petrolífera na localidade de Regência Augusta. Nas palavras do autor:

Os PEGs têm características estruturais que lhes permitem ser tratados como "expressões extremas" do campo do desenvolvimento: o tamanho do capital, territórios e quantidade de pessoas que eles controlam; seu grande poder político; a magnitude de seus impactos ambientais e sociais; as inovações tecnológicas que freqüentemente criam; e a complexidade das redes que eles engendram. Eles juntam quantidades impressionantes de capital financeiro e industrial, assim como de elites e técnicos estatais e trabalhadores, fundindo níveis de integração locais regionais, nacionais, internacionais e transnacionais. Como uma forma de produção ligada à expansão de sistemas econômicos, os PGEs conectam áreas relativamente isoladas a sistemas mais amplos de mercados integrados (LINS RIBEIRO, 2008, p. 111).

Nesse sentido, é possível refletirmos que este cenário local de implantação das atividades petrolíferas (etapas de extração do petróleo e gás e pesquisas sísmicas) que são realizadas na localidade de Regência e nas suas proximidades, está inserido nesse contexto globalizante dos PEGs, conforme Lins Ribeiro (2008) pontua.

De acordo com Zhouri e Laschefski (2010), “o Brasil, ao final da primeira década do novo milênio, encontra-se marcado pelo ressurgimento de velhos conflitos em torno à temática socioambiental” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.15), isso tem ocorrido pelo fato da existência de uma “contraposição latente, mas camuflada nas ultimas duas décadas (...) pelo pretendido consenso gerado pela noção de desenvolvimento sustentável.” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.16). Dessa forma, ainda utilizando as contribuições desses autores:

Em vários casos analisados, viu-se que, seja pela ação do Estado, seja pelas consequências das atividades econômicas voltadas à acumulação de capital, a sustentabilidade das práticas de reprodução material e simbólica de diferentes populações vê-se ameaçadas. Em geral, essas populações constituem-se em agentes de conflitos ambientais, articulando variadas estratégias de resistências. A presença do Estado, nos diferentes casos, mostra-se carregada de dubiedade: de um lado, surge como implementador das políticas conservacionistas autocráticas que acirram os conflitos ambientais; de outro, surge como mediador que, por vezes, se posta ao lado das populações atingidas (ZHOURI E LASCHEFSKI, 2010, p.17).

Diante do exposto, verificamos que ambos os cenários de desenvolvimento econômico como o de preservação ambiental são conflitantes com a atividade da pesca

artesanal na localidade de Regência. O papel do Estado nesse conflito tem se apresentado muitas vezes contraditório: seja pela ação do Estado implantando políticas públicas de cunho preservacionistas, restringindo áreas para pesca e plantações, seja, pelo próprio Estado (ou empresas privadas) investindo em grandes projetos de desenvolvimento como tem sido o caso da atividade de petróleo e gás na região.

No próximo tópico, buscamos trazer, portanto, as percepções e reflexões dos agentes pesqueiros da localidade de Regência Augusta impactados por essas ações desenvolvimentistas e preservacionistas, ambas incentivadas pelo Estado.

2. PERCEPÇÕES E REFLEXÕES DOS GRUPOS PESQUEIROS FRENTE AOS PROCESSOS DE MUDANÇAS SOCIAIS DECORRENTES DE VALORES AMBIENTALISTAS E DESENVOLVIMENTISTAS NA REGIÃO

A pesca artesanal sempre foi uma atividade tradicional na localidade de Regência Augusta, o que faz com que os moradores dependam da foz do Rio Doce, pois é de lá que tradicionalmente a maior parte da comunidade sobreviveu e ainda sobrevive economicamente. Nos últimos anos, entretanto, mudanças vem ocorrendo na região, como é o caso da implantação da atividade petrolífera e da implantação de áreas de proteção ambiental, o que tem sido apontado, pelos próprios pescadores, como as causas das dificuldades em exercer atualmente a atividade da pesca.

Diante do exposto, este trabalho buscou identificar as percepções e reflexões dos pescadores e pescadoras frente a essa situação de mudança social e possíveis impactos socioambientais ocorridos na localidade. Para isso, utilizou-se de dados coletados através do Relatório de Pesca realizado pelo Governo do Estado do Espírito Santo (SIG-Pesca-ES-2005), além de dados qualitativos referentes a duas etapas de pesquisa de campo: 1) grupo focal realizado com o grupo pesqueiro da localidade (Pesquisa realizada pelo grupo GEPPEDDES); e 2) entrevistas semi-estruturadas realizadas pela própria pesquisadora e também pelo grupo GEPPEDDES.

Nesse sentido, as análises feitas a partir do trabalho de campo mostram que as percepções dos pescadores e pescadoras da região apontam para existência de quatro grandes problemas na atividade pesqueira: 1) escassez do pescado; 2) assoreamento da boca da barra do Rio Doce; 3) dificuldade em exercer legalmente a atividade da pesca na região, tendo em vista o rigor e a burocracia da legislação ambiental; e 4) Extinção de parte dos pesqueiros tradicionais da região.

A tabela seguinte sintetiza os dados coletados:

Tabela 1: Síntese dos dados coletados

Problemas apontados pelos pescadores	Causa apontada pelos pescadores	Identificação da área (pela pesquisadora)	Fonte da informação
Escassez do pescado	Aumento do número de pescadores; grandes embarcações – traineiras - que vêm de outras regiões e estados brasileiros para pescar nos pesqueiros da região.	Desenvolvimento	SIG-Pesca-ES-2005/
Assoreamento da boca da barra do Rio Doce	Barragens construídas pela atual FIBRIA (ex-Aracruz Celulose) ao longo das margens do Rio Doce.	Desenvolvimento	SIG-Pesca-ES-2005
Dificuldade em exercer legalmente a atividade da pesca na região	Burocracia e rigor da legislação ambiental que prevê áreas restritas para exercer a atividade da pesca na região, além de um aparato legal para exercer a atividade (regularização do pescador, da embarcação, dos apetrechos de pesca e do tipo de pescado a ser comercializado).	Ambiental	Entrevistas semi-estruturada*
Pouca área para a atividade da pesca/ Extinção de parte dos pesqueiros tradicionais	Plataformas e Pesquisas sísmicas estão ocorrendo próximo aos pesqueiros tradicionais da região.	Desenvolvimento	Entrevistas semi-estruturadas*

* Coletadas durante trabalho de campo (Realizado no segundo semestre de 2012).

Em relação ao primeiro problema, os sujeitos impactados associam ao aumento do número dos próprios pescadores, bem como às grandes embarcações que vêm de outras regiões e estados brasileiros para pescar nos pesqueiros da região, que são as chamadas traineiras. Estas ocasionam uma pesca predatória, e que de acordo com os pescadores da região, não sofrem fiscalização ou sofrem pouca fiscalização e não têm nenhum respeito pelos locais e suas áreas tradicionais de pesca.

Tabela 1:

Pescador	Depoimento:
Pescador 4	“As traineiras pegam tudo que têm na frente, arrastam os filhotes e tudo mais. Ninguém faz nada. Não fiscalizam. Ai, o jeito é fazer essa reserva (Foz do Rio Doce), porque ai não vão poder pescar mais aqui. Esses barcos não vão mais passar por aqui. Só que a reserva vai regular para nós também, mas eles já regulam mesmo”.

Já o segundo problema, referente ao assoreamento do Rio Doce, que vem ocasionando a dificuldade de entrada e saída de embarcações do porto de Regência, além da inexistência de peixes no rio, foi associado, pelos pescadores, às barragens construídas pela atual FIBRIA (ex-Aracruz Celulose) ao longo das margens do Rio Doce.

Tabela 2:

Pescador	Depoimento: Assoreamento da boca da barra do Rio Doce e a relação com a escassez do pescado:
Pescador 1	“Na época de papai o rio tinha 15 metros de fundura e hoje estamos com 2,5 metros de fundura, então o pescado sumiu, devido a uma série de coisas que acontecem durante o leito do rio, por exemplo, barragens que roubam nossas águas da boca da barra aqui (...) barragens e canais que foram desviado do leito do rio, então acho que por isso ajudou muito também a diminuir a produção de peixe”.
Pescador 2	“Hoje por causa desses problemas que estamos tendo na foz do Rio Doce, dificulta os pescadores (...) a maioria não têm condições de ir lá fora e os outros que não tem? Então muita gente passa necessidade aqui dentro, outros não tem como pagar uma conta de luz, que às vezes não tem como panhar o pescado (pois não tem no rio). Então aquele que tem mais condições vai pescar mais lá fora, consegue um peixe melhor lá fora e consegue manter sua família. (...) O que tão fazendo, desviando água pra dique e esses troços todinhos aí ... o único problema é esse aí.

Em relação ao terceiro e quarto problema, ambos não aparecem no relatório SIG –PESCA 2005, mas foram apontados nas entrevistas e durante a realização da oficina do grupo GEPPEDS (que utilizou a metodologia de grupo focal).

O terceiro está relacionado ao rigor da legislação ambiental que prevê áreas restritas para a pesca na região, além de um aparato legal para exercer a atividade (regularização do pescador, da embarcação, dos apetrechos de pesca e do tipo de pescado a ser comercializado), o que vem dificultando a atividade da pesca na região. Além disso, esse problema tem gerado constantes conflitos entre os pescadores e os agentes ambientais (técnicos e política ambiental).

Tabela 3:

Pescador	Depoimento: Dificuldade em exercer a atividade de pesca – restrições ambientais
Pescador 2	“Então, na minha época era assim. Tinha duas redes, papai tinha duas redes na época e a gente conseguia se manter dessa forma. E o complemento da nossa alimentação do dia-a-dia que seria o arroz e o feijão, a gente plantava ali na roça que tinha envolta do Rio Doce que hoje já virou reserva, hoje já não pode ter mais roça ali porque virou reserva” “Tinha o feijão que plantava e colia (...). Farinha, também plantava aonde hoje é reserva também (...) Meu filho não conhece isso hoje, eu fico puto com isso, com o IBAMA por isso, porque a Casa de Farinha, tinha muitas casas de farinha, não conhece o que é hoje uma Casa de Farinha ... tinha várias casas de farinha”.
Pescador 3	“O IBAMA é contra tudo: lavrador e pescador. Eles dificultam todos os trabalhos. Delimitam área que não pode pescar (100 metros da costa) ai chega perto da reserva que também não pode pescar – só que nessa área de beira do mar é que tem a pescadinha o Robalo (...). Eu não possuo barco grande que de para pescar longe. Não consigo passar mais de um dia no mar, tenho que ir e voltar, e não posso pescar na beira.”.

Percebemos nessa terceira tabela que a implantação da Reserva Biológica de Comboios inviabilizou a manutenção de costumes e das condições materiais e simbólicos na comunidade de Regência. A proibição do consumo da carne e ovos de

tartaruga, além das restrições as áreas de cultivos tradicionais são exemplos claros dessa invisibilidade cultural.

Por fim, o quarto problema apontado pelos pescadores se refere à extinção de parte dos pesqueiros tradicionais na região. Isso tem dificultado a atividade da pesca, tendo em vista que, os pescadores estão apresentando a necessidade de percorrer distâncias cada vez maiores em busca de novos pesqueiros e nem sempre possuem infraestrutura necessária para isso (embarcação específica, por exemplo). Os pescadores relacionam essa situação às atividades de plataforma e pesquisa sísmicas realizadas pela Petrobrás na região.

Tabela 4:

Pescador	Depoimento: Impactos da Petrobras na atividade pesqueira
Pescador 4	“A Petrobras com as plataformas dela atrapalha a pesca, pois não podemos pescar perto. E tem mais, tem a tal da sísmica né: eles explodem tudo dentro do mar, aí mata ou espanta os peixes todos. Ai não tem como pescar. Isso atrapalha muito”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este artigo teve o intuito de apontar as percepções e reflexões dos pescadores e pescadoras artesanais de Regência Augusta frente aos processos de mudanças sociais que ocorrem na localidade. Assim, a partir da universalização de valores ambientalistas e desenvolvimentistas, os valores tradicionais relacionados aos distintos modos de vida e trabalho dessas comunidades pesqueiras acabam sendo invisibilizados, conforme mostramos neste paper através das percepções e reflexões desses próprios sujeitos impactados.

Nesse sentido, compreendemos que a universalização de políticas de cunho preservacionistas, como é o caso da criação de áreas protegidas, bem como da totemização de algumas espécies de animais (o caso da tartaruga marinha) e a própria legislação ambiental da pesca tem causado impactos significativos na comunidade de Regência Augusta. Durante essa pesquisa, observamos, portanto, a relação conflituosa entre os agentes pesqueiros de Regência e os agentes ambientais (seja eles fiscalizadores da atividade pesqueira ou da Unidade de Proteção específica).

O outro ponto apontado pelos pescadores e pescadoras de Regência está relacionado aos valores de cunho desenvolvimentistas. Assim, esses agentes pesqueiros apontaram também há existência de uma relação conflituosa com outras atividades

econômicas na região, como é o caso da atividade de extração do petróleo (etapa relacionada às pesquisas sísmicas que são realizadas nas regiões onde há pesqueiros tradicionais) realizadas pela Petrobras, além da movimentação das barcas com cortes de madeira realizadas pela empresa FIBRIA (Ex-Aracruz Celulose).

4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALIER, Joan Martinez. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção de recursos naturais em unidades de conservação. **Revista Ambiente & Sociedade**, no. 5, 2º. Semestre de 1999.

ARRUDA, Rinaldo & DIEGUES, Antonio Carlos. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Diegues. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

IBAMA. **Plano de Manejo Reserva Biológica de Comboios – Fase 1**. In: IBAMA, 1997.

IBAMA. **Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável para as Comunidades do Entorno da Reserva Biológica de Comboios/ Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas**, 2002.

IBAMA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**. IBAMA, 2004.

Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Proposição de Unidades de Conservação na Região de Abrolhos**. Documento Base, Abril de 2012.

McCORMICK. **Rumo ao paraíso – a história do movimento ambientalista**. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento**. Novos Estudos, CEBRAP, nº80, março 2008.

Secretária de Assistência à saúde/DAB – DATASUS, 2012.

SOUZA CRUZ, Deivison. **Diagnóstico Sócio-Cultural-Economico da População Pesqueira do Litoral Capixaba**. SEAP 2005.

ZHOURI, Andrea e LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação.** In: Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. ZHOURI, Andrea e LASCHEFSKI, Klemens (org). Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.